

## SAÚDE MENTAL E DIREITOS HUMANOS: uma análise das particularidades do governo Bolsonaro

Jardson Silva<sup>1</sup>

Quitéria Gabriela Cabral Xavier<sup>2</sup>

Lyzete Bruna Pereira Freitas<sup>3</sup>

Júlia Spinelli Alves<sup>4</sup>

Natalia Vilma Monteiro de Oliveira<sup>5</sup>

### RESUMO

Desde o processo de fortalecimento da racionalidade neoliberal no Brasil promovido pelo avanço da extrema-direita, o campo da saúde mental tem sofrido sucessivos ataques que corroboram com o retorno da lógica manicomial-asilar e com o enfraquecimento da perspectiva emancipatória da Reforma Psiquiátrica (RP). Consequentemente, as práticas de mercantilização e privatização das políticas sociais submetem a Política de Saúde Mental (PSM) à perseguição generalizada aos direitos humanos, legitimada pelo governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Com vistas a discutir as contradições que perpassam a saúde mental neste contexto, o presente trabalho é conduzido pelo método crítico-dialético ao priorizar as perspectivas de historicidade e totalidade próprias desta abordagem. Para tal, realizamos uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, destacando o Plano Plurianual (PPA) dos anos 2020-2023 na análise sobre saúde mental e direitos humanos, a fim de defender a articulação da luta anti-capitalista com a antimanicomial para a resistência da saúde pública humanizada.

**Palavras-chave:** Saúde mental; Direitos Humanos; Neoliberalismo.

### ABSTRACT

Since the strengthening process of neoliberalism in Brazil promoted by the advance of the extreme-right, the field of mental health has suffered successive attacks that corroborate with the return of the asylum-manicomial logic and with the weakening of the emancipatory perspective of the Psychiatric Reform (PR). Consequently, the practices of mercantilization and privatization of social policies subject the Mental Health Policy (MHP) to persecution of human rights,

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestrando em Serviço Social; jardson.silva@ufrn.br

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestranda em Serviço Social; quiteria.xavier.102@ufrn.edu.br

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Graduanda em Serviço Social; lyzete.freitas.701@ufrn.edu.br

<sup>4</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Graduanda em Serviço Social; julia.spinelli.098@ufrn.edu.br

<sup>5</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestranda em Serviço Social; natalia.vilma.016@ufrn.edu.br

#### PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

legitimized by the government of Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Aiming to discuss the contradictions that permeate mental health in this context, this work is conducted by the critical-dialectical method by prioritizing the perspectives of historicity and totality of this approach. This, we conducted a qualitative, bibliographic and documentary research, highlighting the Multi-Year Plan (PPA) the years 2020-2023 in the analysis on mental health and human rights, defending the articulation of the anti-capitalist struggle with the antimanicomial for the resistance of humane public health.

**Keywords:** Mental health; Human Rights; Neoliberalism.

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o campo da saúde mental é permeado por um conjunto de determinações e contradições presentes em seu desenvolvimento na sociedade capitalista. Especialmente na realidade brasileira, observamos um cenário nacional com avanços significativos que, embora em alguns aspectos fortaleçam os princípios postos pelo movimento de Reforma Psiquiátrica (RP), não rompem definitivamente com a lógica manicomial-asilar conforme propunha o movimento em sua base. No entanto, apesar desses elementos contraditórios marcarem a Política de Saúde Mental (PSM) no Brasil, ao longo dos anos esta apresentou experiências exitosas no que se refere às formas de resistência em face dos ataques político-ideológicos às perspectivas da RP. Ataques, estes, que se revelam tanto no campo jurídico, através das legislações que versam acerca da atenção às pessoas em sofrimento psíquico, quanto na dimensão ideológica, no sentido das concepções sobre o tratamento do adoecimento na sociedade contemporânea.

A partir dessas considerações, temos observado no tempo presente, sobretudo após o golpe jurídico, parlamentar e midiático cometido contra a então presidenta Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 2016, que o cenário da saúde mental no país se agravou exponencialmente, assim como outras políticas. Algumas medidas marcam o retorno da lógica manicomial, intensificadas pelo contexto de retomada da direita ao poder através da figura de Michel Temer pelo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e pela ascensão de Jair Messias Bolsonaro, na época integrante do Partido Social Liberal (PSL).

Por conseguinte, observamos graves retrocessos na PSM brasileira que se inserem no escopo de sucessivos ataques aos direitos humanos. A própria condução da gestão do ex-presidente Bolsonaro é contrária às diretrizes da RP, na medida em que as perspectivas da inclusão social e da proteção integral e emancipatória das pessoas em sofrimento psíquico são menosprezadas. Dentre os aspectos que acometem os direitos humanos, destacamos a mudança na forma de financiamento da PSM, acompanhada da redução dos investimentos na atenção psicossocial, no matriciamento e nos leitos hospitalares de longa permanência, impactando diretamente na qualidade do atendimento. Além disso, são fatores que contrariam os princípios propostos pela RP ancorados na perspectiva da luta antimanicomial, bem como do Sistema Único de Saúde (SUS), que defende o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde.

Nesse contexto, este trabalho pretende analisar as expressões da política autoritária e conservadora do governo Bolsonaro no campo da saúde mental, evidenciando os principais retrocessos e contradições no tempo presente. Para tal, adotamos o método do materialismo histórico-dialético, por compreendermos que este abarca com exímia qualidade as determinações da sociabilidade capitalista onde estamos inseridos. A partir dele, realizamos uma pesquisa bibliográfica tendo por base as categorias inerentes à temática, dialogando com autores e autoras que as discutem, bem como uma análise documental através do acesso ao Plano Plurianual (PPA) dos anos 2020-2023 e das legislações que se referem à saúde mental no governo Bolsonaro.

Por último, estruturamos este trabalho a partir de quatro seções: a primeira, sendo esta introdução, apresenta o panorama geral dos elementos trabalhados ao longo deste estudo, bem como nosso objetivo e o percurso metodológico da exposição; a segunda seção se debruça sobre o resgate da PSM no Brasil, evidenciando a conjuntura sociopolítica e histórica do seu desenvolvimento na

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



sociedade contemporânea; já a terceira trata de algumas reflexões acerca dos limites postos aos direitos humanos na sociabilidade do capital e sua relação com o campo da saúde mental no governo Bolsonaro, a partir da análise do PPA 2020-2023, no que versa o campo da saúde mental e dos direitos humanos; por fim, a última seção se volta para as observações conclusivas apreendidas no decorrer desse estudo.

## 2 DO CRESCIMENTO VEGETATIVO À CONTRARREFORMA PSIQUIÁTRICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A conjuntura política brasileira tem sido perpassada por transformações ao longo dos anos. Com a destituição da autocracia burguesa, em meados da década de 1970, intensas lutas populares favoreceram a ascensão do período de redemocratização no país. No que concerne à área da saúde, por exemplo, houve o incremento de ações integradas através da expansão do Movimento da Reforma Sanitária que almejava mudanças e transformações no campo da saúde pública, propondo um novo modelo de assistência. Além disso, o movimento da RP também ganhou capilaridade, principalmente através dos movimentos sociais que adquiriram força ao levantarem a bandeira “para uma sociedade sem manicômios”, buscando a implantação de serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos (VASCONCELOS, 2010).

Potencializam-se, nesse contexto, mobilizações da sociedade civil contra o asilamento genocida e a mercantilização da loucura que, até então, marcavam a atenção à saúde mental, sendo esta última fortemente disseminada na época. Neste cenário, registraram-se inúmeras denúncias e reivindicações pelo fim dos hospitais psiquiátricos, além da busca por melhores condições de trabalho e solicitações de expansão dos serviços ambulatoriais em saúde mental, as quais se apresentavam como as principais pautas da RP (VASCONCELOS, 2010).

Diante desses movimentos e lutas populares, ao longo dos anos seguintes houve a consolidação de políticas e programas que afirmavam a saúde mental

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



enquanto direito, negando a lógica asilar que predominava anteriormente. Podemos aqui citar algumas contribuições no campo assistencial e legislativo, como a Constituição de 1988 em seu capítulo que versa sobre a saúde; a consolidação do SUS através da Lei nº 8.080 em 1990; a Lei nº 10.216/2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, sendo esses elementos que compõem o campo da Atenção Psicossocial, conforme aponta Amarante (2011). Além disso, temos ainda a instituição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) através da portaria 3.088/2011, trazendo avanços significativos e novos direcionamentos aos serviços de atenção à pessoa com transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, ao preconizar a centralidade do cuidado em saúde mental nos serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

No entanto, partimos do pressuposto que a PSM também tem se desenvolvido imbricada aos avanços do conservadorismo, sob a ordem neoliberal e a massificação de forças políticas contrárias à RP. Mesmo que constituída em um processo de redemocratização, a RP não está ilesa a contradições e, portanto, sofre com os rebatimentos da privatização, da descentralização e da focalização dos serviços públicos tensionados pela estrutura econômica do país (DA SILVA; DA SILVA, 2020). No escopo dessas contradições, foi na gestão do PT que as políticas conciliatórias adotadas abriram caminhos para o enfraquecimento da luta antimanicomial, embora as figuras presidenciais estivessem vinculadas ao campo progressista.

Nesse íterim, é a partir da Portaria nº 131, promulgada em janeiro de 2012 pelo Ministério da Saúde, que as Comunidades Terapêuticas (CT) se inserem como um dos serviços destinados a oferecer cuidados contínuos no âmbito da RAPS. Enquanto parte constitutiva da Atenção Psicossocial, as CT ampliam suas possibilidades de atuação e de captação de recursos públicos, todavia, “como componente substitutivo que não atende às exigências para ser considerado um serviço de saúde, pois atua na perspectiva manicomial, com cunho religioso e sem uma equipe técnica para compor a rede de saúde mental” (GUIMARÃES; ROSA, 2019, p. 121).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

A conjuntura política desse cenário marcado pelos governos do PT, aprofundou retrocessos do ponto de vista das políticas públicas, que, conforme Braz (2017), direcionava para os interesses do grande capital, por meio da conciliação de classes, sendo a classe trabalhadora a principal prejudicada. Nesse sentido,

o que procuramos demarcar é que, embora as forças sociais progressistas que conduziram ao poder os governos petistas pudessem ter, em sua origem, a tarefa de alterar a natureza do projeto societário, com consequências para todas as áreas, isso não foi alcançado — quiçá efetivamente tentado (STAMPA; RODRIGUES, 2022, p. 21).

Há que se considerar também os tensionamentos e disputas que se fazem presentes no âmbito da saúde mental, seja através das forças conservadoras da psiquiatria tradicional que pleiteiam por hegemonia, seja pelos ataques às políticas sociais por meio do ajuste das contas públicas e do seu desfinanciamento. Estes aspectos repercutem profundamente sobre a classe que vive do trabalho, agudizando o cenário da saúde mental e indo em contramão à perspectiva da luta antimanicomial.

Além disso, são fatores que compõem a lógica estruturante do neoliberalismo, o qual é compreendido enquanto “uma estratégia de recomposição do poder burguês e de enfrentamento aos movimentos contestatórios que se fortaleciam com a crise do capital nos anos 1970” (BRETTAS, 2020, p. 230). Dialogamos com Behring (2021) e Cislighi (2020) ao discorrer sobre a concepção de neoliberalismo no Brasil, cuja primeira fase emerge na década de 1990 à luz de um ajuste fiscal permanente, seguido pela fase de cooptação nos governos petistas de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Hoje, o neoliberalismo expressa sua terceira fase, a ultraneoliberal, no escopo da lógica de dismantelamento dos direitos sociais e recrudescimento do capital, que se estrutura após o golpe jurídico, midiático e parlamentar contra a então presidenta Dilma, com a tomada de poder do seu vice Temer e demonstra seu viés enrijecido com a vitória de Bolsonaro.

Essas diligências são apenas recortes de um fervoroso processo de contrarreforma psiquiátrica que assola o Brasil nos últimos anos. Em vista disso, vivemos no tempo presente uma aproximação com vieses religiosos e filantrópicos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

que historicamente acompanham o campo da saúde mental, além da comercialização e avanços da iniciativa privada que crescem ante a retração das ações governamentais, em uma lógica hospitalocêntrica de cunho moralista.

### 3 DIREITOS HUMANOS EM PERSPECTIVA E OS ENTRAVES PARA A SAÚDE MENTAL

Em face do exposto, partimos do entendimento de que o debate sobre direitos humanos não está somente restrito às leis, e tampouco está isento de disputas ideológicas que tendem a minar sua dimensão crítica e emancipatória. Diferente do que foi fundamentado pela Organização das Nações Unidas (ONU), os direitos humanos são constituídos de valores históricos e perpassam a concepção de que o desenvolvimento humano exige ações e percepções concretas, uma vez que os indivíduos possuem necessidades materiais e imateriais ao longo da vida. Esta é uma perspectiva que pretende superar a falsa universalidade que os direitos adquiriram com as formulações da Declaração Universal de Direitos Humanos do século XX, cujas contradições demonstram as limitações do entendimento de que todos os seres humanos nascem iguais e, por isso, possuem os mesmos direitos.

O fato é que as contradições próprias do Modo de Produção Capitalista (MPC) impedem o pleno exercício desses direitos que, embora estejam assegurados formalmente, não estão refletidos na vida concreta dos indivíduos, produzindo todo o tipo de desigualdade nas relações sociais de sexo, raça e classe. Nesse contexto, a diversidade humana passa a ser mascarada e transformada em diferenças individuais passíveis de violações de toda ordem, já que o discurso hegemônico dos direitos humanos transforma os indivíduos em seres abstratos, ausentes de sua própria história, deixando de lado os humanos concretos que vivem em sociedade (GRUBBA, 2012).

Por ser uma perspectiva a-histórica e essencialmente liberal, o discurso hegemônico de direitos humanos é abraçado com recorrência por governos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



antidemocráticos e antipopulares, que buscam desestimular a emancipação de sujeitos coletivos por meio do descrédito aos direitos já conquistados historicamente. O que pode acontecer de inúmeras maneiras, desde o momento em que o Estado tende a impedir as lutas sociais ao deslegitimar a necessidade coletiva de acessar determinado direito, até quando efetivamente barra esse acesso, tornando-o limitado e desigual. As práticas ultraneoliberais e conservadoras de ataque massivo às lutas coletivas e às políticas públicas são responsáveis, em grande medida, pelo contexto atual de supressão de direitos em todas as esferas públicas que visualizamos no Brasil.

Nesse sentido, o acesso à saúde mental no país durante o governo Bolsonaro foi perpassado por essa lógica hegemônica de direitos humanos, que despreza as necessidades humanas concretas em nome de uma suposta inclusão abstrata de direitos e liberdades individuais totalmente produtora ao processo de contrarreforma do Estado ultraneoliberal, repercutindo na crescente fragilização da PSM no Brasil. Frente às práticas ultraneoliberais e conservadoras de regressão dos direitos sociais em detrimento à manutenção do capital, o governo de Jair Bolsonaro disseminou sua lógica de sucateamento das políticas públicas em todas as esferas do governo.

Assim, ao analisarmos os entraves de sua gestão para o campo da saúde mental, depreendemos a necessidade de analisar o que propunha seu governo no campo de atuação dos direitos humanos, visto a importância deste na articulação de um cuidado em saúde mental emancipatório, o que, como evidenciado no decorrer desta produção, esteve distante das intencionalidades do ex-presidente da república. O compromisso da gestão de Bolsonaro com os direitos humanos se mostra na mensagem presidencial do seu PPA dos anos 2020-2023, ao abordar o tema de forma generalista e pouco propositiva, cujas

políticas associadas aos temas da mulher, da família e dos direitos humanos concentraram suas ações em um único programa, numa proposta inovadora para a abordagem dos direitos humanos. A proposta representa o abandono da segmentação em públicos, que estava contida nos programas dos PPAs anteriores (mulheres, jovens, pessoas idosas etc), permitindo o acesso universal dos direitos humanos, ou seja, de forma igual para todos (BRASIL, 2020, p. 36).

## PROMOÇÃO



## APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Ainda no que concerne a análise de PPA, o governo Bolsonaro expressa notadamente o descaso com o cuidado em saúde mental alinhado ao que se propõe a RP, visto que não há citação a programas, metas ou objetivos voltados para a ampliação ou fortalecimento da RAPS. Em detrimento a isso, o referido documento dispõe do Programa 5032 que trata da “Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social” (BRASIL, 2022, p. 64), inscrito na diretriz que se volta para a promoção e defesa dos direitos humanos, com foco no amparo à família e integra o Ministério da Cidadania.

O que se destaca com esse Programa é que ele possui uma meta voltada para “ampliar em 100% o número de atendimentos em Comunidades Terapêuticas, compreendendo cuidados, prevenção e reinserção social de dependentes químicos” (BRASIL, 2022, p. 64). Não surpreendentemente, a ampliação das CT no país contribui com a lógica excludente do capital ao isolar e controlar corpos "disfuncionais", além de fomentar os princípios do fundamentalismo religioso envoltos nas práticas conservadoras.

Com relação a PSM, no que tange à Nota Técnica nº 11/2019 da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, nos inquieta muitas preocupações em torno da política, em especial porque reduz a importância dos CAPS e fortalece as CT, no qual sabemos que situa-se em um espaço violador de direitos e sem resultados efetivos. Em continuidade, a nota supracitada libera a compra de aparelhos de eletrochoque, o que resgata o modelo manicomial, e desconsidera todo rigor proposto na RP e da luta antimanicomial que vem sendo tecida por diversas entidades e organizações sociais, cujo papel foi fundamental para revogar esse documento.

Esta prática, que embora seja antiga nunca foi extinguida, passou a ser resgatada durante a presidência de Bolsonaro, como uma resposta ofensiva aos direitos que foram conquistados, de modo que a PSM está submetida a um bárbaro processo de sucateamento e precarização, no qual assustadoramente apontam um

crítico crescimento do conservadorismo no trato das políticas sociais e na sociedade brasileira como um todo, parte de uma conjuntura de retirada dos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do conjunto da classe trabalhadora, visando cumprir uma agenda (a)política e econômica que serve à ofensiva neoliberal em sua fase ortodoxa, abraçada integralmente pelo governos dos ex-presidente Temer e pelo atual governo de extrema direita do presidente Bolsonaro (DA SILVA; DA SILVA, 2020, p. 114).

Corroboramos com Passos *et al* (2022) ao afirmar que temos um cenário demarcado também pela hegemonia de um conservadorismo que, em sua face contemporânea, tem no fundamentalismo religioso um dos seus elementos constitutivos centrais. Esse recrudescimento conservador também se relaciona com a lógica ultraneoliberal no Brasil, ao buscar o enclausuramento da loucura através de práticas rentáveis ao capital, reproduzindo cuidados voltados para o individualismo, para culpabilização dos indivíduos, negando direitos e intensificando retrocessos.

Essas forças conservadoras têm se expressado intensamente através das tendências econômicas à privatização, com o discurso de minimização do Estado por meio da precarização e sucateamento dos serviços de saúde mental, sobretudo os substitutivos. Argumentos que forjam uma análise a-histórica, como a indicação de que o projeto de RP não é capaz de acompanhar integralmente as (os) usuárias (os) dos serviços, abrem espaço para a intensificação e para o avanço das instituições privadas, em sua maioria de cunho religioso e de assistência em saúde mental, o que desqualifica e contrapõe a perspectiva da luta antimanicomial e representa graves violações aos direitos humanos.

## 4 CONCLUSÃO

O que depreendemos ao longo dessa produção é que não há espaço para um alargamento da saúde mental em sua perspectiva crítica, antimanicomial e emancipatória em um governo forjado no recrudescimento de práticas conservadoras e ultraneoliberais; o que opera, todavia, é o fortalecimento de uma perspectiva rasa de direitos humanos, sob o espectro da descredibilização da defesa dos direitos que deveriam ser inerentes à população.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

As análises do Plano Plurianual denotam, aqui, que o descaso no fortalecimento da Atenção Psicossocial vai para além de um esvaziamento técnico, pois se constitui também enquanto intencionalidade político-ideológica. De modo que o que observamos na rede de saúde mental não é só a ausência de objetivos e metas voltados para a RAPS, mas o que se tem, é direcionado principalmente para as comunidades terapêuticas, em virtude da lógica conservadora que reverbera na saúde mental através do aprofundamento do fundamentalismo religioso.

Entre os avanços e retrocessos da Política de Saúde Mental no Brasil, o pensamento fundamentalista e conservador sempre se impôs à luz do sofrimento psíquico enquanto perspectiva de salvação desses sujeitos; em contrapartida, o movimento antimanicomial atravessa essa determinação e se coloca na disputa por um tratamento de qualidade que ofereça condições objetivas a essa população. O que destacamos, então, é a potencialidade de articulação política destes e sua contribuição para os avanços, ainda necessários, na luta por uma política de saúde mental mais humana e comprometida com os (as) usuários (as). Nesse sentido, é fundamental a articulação entre a luta anti-capitalista e a luta antimanicomial.

## REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. **Mensagem presidencial que encaminha o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023 e seus respectivos anexos** / Ministério da Economia, Secretaria Especial de Fazenda, Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. -- Brasília : SECAP/Ministério da Economia, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Programáticas Estratégicas. Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



outras Drogas. Nota Técnica nº 11/2019. **Esclarecimentos sobre as mudanças na Política de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas.** 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 131, de 26 de Janeiro de 2012. **Institui incentivo financeiro de custeio destinado aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal para apoio ao custeio de Serviços de Atenção em Regime Residencial, incluídas as Comunidades Terapêuticas, voltados para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial.** Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.** Brasília - DF, 2001.

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; DE MENEZES, Juliana Souza Bravo. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. **Revista Ser Social**, v. 22, n. 46, p. 191-209, 2020.

BRAZ, Marcelo. O golpe das ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan.-abr./2017.

CISLAGHI, Juliana Fiúza. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise. **Esquerda Online**, 8 de junho, 2020. Partes I, II e III. Disponível em:

<<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/>>. Acesso em: 17 Jun. 2023.

DA SILVA, Berenice Lira; DA SILVA, Alessandra Ximenes. A Política Nacional de Saúde Mental: uma reflexão acerca dos retrocessos nos governos Temer e Bolsonaro. **Serviço Social em Revista**, v. 23, n. 1, p. 99-119, 2020.

GRUBBA, Leilane Serratine. Para uma perspectiva latinoamericana e emancipatória dos Direitos Humanos. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, ed. 61, p. 305-330, 2012. Disponível em:

<https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/P.0304-2340.2012v61p305>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



GUIMARÃES, Thaís de Andrade Alves; ROSA, Lucia Cristina dos Santos. A remanicomialização do cuidado em saúde mental no Brasil no período de 2010-2019: análise de uma conjuntura antirreformista. **Revista O Social em Questão**, nº 44 - Mai a Ago/2019.

PASSOS, Rachel Gouveia; et al. O avanço do conservadorismo no campo da saúde mental e drogas e as comunidades terapêuticas no Estado do Rio de Janeiro: uma análise do PL no 565/2019. **Revista Em Pauta**, n. 49, v. 20, p. 205-220, 2022.

STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente. Capitalismo, Estado e políticas sociais no Brasil em tempos de crise: notas sobre sonhos inquietantes e o pesadelo atual. In: Tatiane Valeria Cardoso dos Santos, Letícia Batista Silva, Thiago de Oliveira Machado. **Trabalho e saúde** [recurso eletrônico] : diálogos críticos sobre crises. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Saúde mental e Serviço Social**: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2010.

## PROMOÇÃO



## APOIO

